

**AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE  
DOURADOS/MS, RONDONÓPOLIS/MT E RIO VERDE/GO:  
EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E SUAS  
CONTRADIÇÕES (1970-2010)**

**AGROINDUSTRIALIZATION IN THE MUNICIPALITIES OF  
DOURADOS / MS, RONDONÓPOLIS / MT AND RIO VERDE / GO:  
EXPANSION OF THE AGRICULTURAL FRONTIER AND ITS  
CONTRADITIONS (1970-2010)**

*Francisco de Assis Oliveira Mota Araújo*

 <http://lattes.cnpq.br/7808989118002096>

 <https://orcid.org/0000-0001-6226-3517>

Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Estadual do Ceará.

**Resumo**

O artigo examina o processo de agroindustrialização e suas contradições na região Centro-Oeste, no período de 1970 a 2010. Considera as relações de industrialização e urbanização, tendo como objeto de estudo os municípios de Dourados/MS, Rondonópolis/MT e Rio Verde/GO, importantes polos do agronegócio brasileiro. Mas esse processo de industrialização, apesar de ter beneficiado esses municípios, vem acompanhado de graves problemas. Neste artigo são analisados os processos de industrialização do país, buscando entender a influência que exerceram e continuam exercendo na produção e reprodução dos espaços urbanos dos municípios elencados. Eles se destacam por apresentar crescimento urbano e populacional bastante acelerado, o que revela o surgimento de diversas contradições, tais como a segregação socioespacial. No que tange a essa questão, pode-se afirmar que tal crescimento está diretamente vinculado à expansão da fronteira agrícola a partir dos anos 1970, baseada na pecuária extensiva e na monocultura da soja. A modernização territorial e a espacialização do capital inseriram os três municípios em um padrão socioeconômico mais elevado sem levar em conta a segregação urbana, a desigualdade social, a pobreza e os problemas socioambientais dos novos espaços urbanos que foram abertos nesses municípios.

**Palavras-chave:** Fronteira agrícola; Agroindustrialização; Espacialização do capital; Produção do Espaço.

**Abstract**

The article examines the process of agroindustrialization and its contradictions in the Centro-Oeste region, from 1970 to 2010. It considers the relations of industrialization and urbanization, having as object of study the municipalities of Dourados / MS, Rondonópolis / MT and Rio Verde / GO, important poles of Brazilian agribusiness. But this process of industrialization, despite having benefited these municipalities, has been accompanied by serious problems. This article analyzes the industrialization processes of the country, seeking to understand the influence they exerted and continue to exert on the production and reproduction of the urban spaces of the listed municipalities. They stand out for presenting very fast urban and population growth, which reveals the emergence of several contradictions, such as socio-spatial segregation. Regarding this issue, it can be said that such growth is directly linked to the expansion of the agricultural frontier from the 1970s, based on extensive cattle ranching and soy monoculture. Territorial modernization and the spatialization of capital placed the three municipalities in a higher socioeconomic standard without taking into account urban segregation, social inequality, poverty and the social and environmental problems of the new urban spaces that were opened in these municipalities.

**Key-words:** Agricultural frontier; Agroindustrialization; Spatialization of capital; Space Production.

## **Introdução**

As cidades de Dourados, no Mato Grosso do Sul; Rondonópolis, no Mato Grosso; e Rio Verde, em Goiás, inseriram-se na rede urbana nacional como importantes polos do agronegócio da região Centro-Oeste, graças à agroindustrialização. As transformações da produção agrícola relacionam-se com a modernização da agroindústria (industrialização do produto agrícola), da agropecuária (práticas agrícolas e zootécnicas) e do agronegócio (operações da cadeia produtiva e comercialização), que geram inúmeras inter-relações entre a produção de grãos e de proteína animal, a indústria e os serviços.

Essas atividades submetem-se ao ordenamento da inserção do capital no campo, via operações do agronegócio, que designam as reestruturações da produção na forma de flexibilização da força de trabalho, da abertura de novos mercados, novos *layouts* produtivos e novas formas de organização, além da produção e do consumo de espaços nos municípios. Assim, a espacialização do capital e a especialização da produção se traduzem na forma da produção e da circulação de mercadorias, na prestação de serviços, nas novas tecnologias, nos novos recursos produtivos, nas novas relações sociais e, por conseguinte, nos novos espaços (HARVEY, 1992).

O objetivo deste artigo, portanto, é analisar como o crescimento econômico e a redistribuição espacial das populações determinaram a produção e a reprodução dos espaços desses três municípios. Para tanto, optou-se por uma pesquisa exploratória, que, segundo Severino (2016, p. 132), “[...] busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa”. Foram analisados a pesquisa Regiões de Influência das Cidades – Centralidade 2007 (REGIC 2007) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e de outros órgãos públicos estaduais.

## **Agroindustrialização, espacialização do capital e redistribuição espacial da população**

Na década de 1970, a participação da economia da região Centro-Oeste no Produto Interno Bruto nacional não chegava a 4,0%, mas atualmente sua taxa de contribuição para a economia do país é de aproximadamente 10%. Esse aporte na produção nacional relaciona-se com o fortalecimento dos complexos agroindustriais nos três estados que compõem a região, caracterizados por empresas verticalizadas, modernas e de grande porte.

A instalação de empresas agroindustriais no Centro-Oeste não é um processo recente, especialmente em se tratado de operações de beneficiamento superficial de produtos como arroz, abate de animais, madeiras, fubá de milho, etc. O que é relativamente novo na região é a presença de empresas agroindustriais de grande porte que estendem as suas operações ao mercado de *commodities*, de um lado, e ao mercado interno, de outro, integrando em nível regional duas cadeias produtivas, grãos e carnes, com resultados extremamente dinâmicos na região (CASTRO; FONSECA, 1995, p. 5).

Essas empresas foram beneficiadas pelo clima e pelo solo da região, que são bastante apropriados ao cultivo mais intensivo de grãos e para a produção agropecuária. A unidade biológica predominante no Centro-Oeste é o Cerrado, que cobre 204 milhões de hectares, ou seja, 23% da extensão do território brasileiro. Esse é o segundo maior bioma brasileiro, menor apenas que o amazônico, que se estende por 350 milhões de hectares.

Além da vantagem locacional e ambiental, outras categorias estruturadoras garantiram o êxito da agroindústria na região, tais como a adoção de políticas agrícolas ousadas (expansão do crédito rural, mecanismos de garantia da renda agrícola e serviços de extensão rural); os investimentos maciços em tecnologias agrícolas (criadas direta ou indiretamente pela Embrapa); e o desenvolvimento de sistemas produtivos adaptados às condições mais específicas da região, beneficiando a lógica da produção e reprodução capitalista.

Em relação à expansão urbana, ainda nos anos 1970 o Centro-Oeste apresentou uma taxa de crescimento da população de 4,9% a.a., a segunda maior registrada no Brasil entre 1970-2010, atrás apenas da região Norte. A Tabela 1 a seguir mostra o crescimento populacional nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás no período de 1970 a 2010, alimentado por elevadas taxas de migração, associadas a um crescimento vegetativo.

**Tabela 1 – População total, taxa de crescimento médio e grau de urbanização  
Região Centro-Oeste – 1970-2010**

Estados	População					Taxa de crescimento (% a.a.)				Grau de urbanização (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970/80	1980/91	1991/00	2000/10	1970	1980	1991	2000	2010
Mato Grosso do Sul	998.211	1.393.019	1.778.741	2.075.275	2.449.024	3,39	2,25	1,73	1,66	45,3	66,8	79,4	84,0	85,6
Mato Grosso	598.879	1.134.230	2.022.524	2.498.150	3.035.122	6,59	5,4	2,37	1,94	38,8	57,7	73,3	79,4	81,8
Goiás	2.414.325	3.125.354	4.012.562	4.994.897	6.003.788	2,61	2,3	2,46	1,84	45,9	67,5	80,8	87,9	90,3

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

A emergência de centros urbanos médios no interior desses estados ocorreu em uma proporção maior do que a registrada no restante do país, excluindo-se a região Norte. É importante registrar, todavia, que tanto essa região como o Centro-Oeste partem de uma base menor do que as demais, uma vez que seus territórios são mais vazios, com redes urbanas bem menores.

A nova realidade econômica e demográfica da região Centro-Oeste se traduz em vantagens competitivas que acabam por (re)definir as funções desempenhadas pelas cidades mais dinâmicas, promovendo maior integração entre elas e fluxos intensos de pessoas, mercadorias e serviços. Conforme Sassen (1993, p. 32), "[...] essa combinação de dispersão geográfica e de integração [...] criou um novo papel estratégico para as [...] cidades", que passaram a concentrar funções de comando e a abrigar empresas e governos em espaços em que podem "[...] utilizar dos produtos e serviços do mercado financeiro e contratar serviços especializados" (SASSEN, 1998, p. 8).

Assim, uma nova rede de articulações socioeconômicas exige um novo quadro de espacialização e regionalização das cidades em um processo de fragmentação e reversão da concentração da polarização industrial verificada na região Sudeste do país. Desse modo, essa expansão produtiva toma a forma de ampliação da fronteira agrícola do Centro-Oeste, beneficiando-se agora do excedente de mão de obra, dos novos mercados consumidores que absorvem as mercadorias produzidas, da oferta de recursos produtivos e da infraestrutura em telecomunicações, transportes, rodovias e portos. Com isso, cria-se um novo sistema de informações produtivas ligadas ao capital, que agora não se limita aos espaços das metrópoles tradicionais, que, ao contrário das cidades médias, apresentam deseconomias de acumulação. Dessa forma, a reestruturação do capital demanda uma nova hierarquia territorial a partir de novas conexões urbanas (produção e consumo de espaços).

Na ponta dessas transformações, cresceram e se consolidaram as economias de Dourados/MS, Rondonópolis/MT e Rio Verde/GO, que se abriram comercialmente aos mercados internos e externos, com a oferta de produtos mais elaborados, na forma de grãos, carnes, produtos lácteos, atomatados e sucroalcooleiros. Portanto, a intensificação da urbanização e a ampliação das funções dessas cidades foram determinadas, em boa medida, pela expansão da fronteira agrícola e pelo desenvolvimento da produção industrial no Centro-Oeste, responsáveis por uma configuração territorial nova (redes de transporte, comunicação, produção e distribuição de energia elétrica). Essa modernização territorial torna os espaços mais fluidos, permitindo maior mobilidade de bens e serviços, dos fatores de produção, do trabalho e do capital, interiorizando as populações e a própria economia.

Esse cenário, conforme Harvey (1992, p. 40), “[...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. No caso da expansão da fronteira agrícola nos municípios analisados, a passagem do complexo rural para o agroindustrial ocorreu sob a égide do “agrobusiness”, a partir de uma dinâmica definida por um padrão de acumulação industrial que representa a reestruturação produtiva em movimento efetivo, transformando as formas e os conteúdos da produção e da reprodução do espaço. Porém, essa nova dinâmica no espaço rural, que foi integrada ao espaço urbano por meio da articulação de territórios e redes de interesses econômicos, manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas que são incompatíveis com a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico que engloba a equidade social e territorial (equilíbrio regional).

#### *Crescimento populacional e econômico nas cidades*

Com o aprofundamento das discussões acerca do desenvolvimento regional e do combate aos desequilíbrios regionais, a tônica nas cidades médias ganhou importância no mundo acadêmico e político-institucional, tanto que influenciou as políticas públicas urbanas no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. A preocupação era com a manutenção do crescimento econômico e com a industrialização, e nesse aspecto o II PND5 concentra esforços para a implantação de uma infraestrutura de transporte (rodovias e hidrovias) e de comunicação que beneficiem esse tipo de cidade.

As primeiras tentativas de conceituação de cidade médias consideravam o tamanho da população, a importância socioeconômica e das relações espaciais e a função que ocupavam na hierarquia urbana regional e nacional (SPOSITO, 2004). Como citado anteriormente, para a elaboração deste estudo foram escolhidos os municípios de Dourados/MS (220.965 habitantes), Rondonópolis/MT (228.857 habitantes) e Rio Verde/GO (229.651 habitantes), considerando-se, assim, o tamanho de suas populações, estão na faixa de 50 mil a 300 mil habitantes, conforme as estimativas do IBGE para o ano de 2018.

De acordo com o Censo 2010, Dourados/MS possui 196.068 habitantes, alcançando assim o posto de segundo município em termos populacionais do estado de Mato Grosso do Sul.

**Figura 1 – Localização do município de Dourados/MS**



Fonte: IBGE (2010).

Sua sede fica a 225 quilômetros da capital, Campo Grande (Figura 1), e ocupa uma área 4.086, 20 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 1,20% do total do estado.

No ano de 2014, a densidade populacional calculada em Dourados era de 51,45 pessoas por km<sup>2</sup>. Segundo as estimativas de população residentes nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2018, houve um acréscimo de 24.930 novos habitantes em relação ao ano de 2010, conforme mostra a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Evolução populacional das principais cidades médias do Mato Grosso do Sul – 1970 a 2018

MUNICÍPIO	1970	1980	1991	2000	2010	2018
Corumbá	54.015	81.145	88.411	95.701	103.703	110.806
Dourados	79.958	100.987	135.984	164.949	196.035	220.965
Naviraí	23.178	28.564	30.670	36.662	46.424	54.051
Nova Andradina	12.766	21.668	29.848	35.381	45.585	53.517
Ponta Porã	34.482	38.070	50.950	60.916	77.872	91.082
Sidrolândia	9.758	12.847	15.545	23.483	42.132	56.081
Três Lagoas	56.231	52.950	68.162	79.059	101.791	119.465

Fonte: IBGE.

A importância econômica de Dourados começou a ser reconhecida nos anos 1940, com o monopólio da Companhia Mate Laranjeira na exploração da erva-mate, plantação

comum a toda a região sul do então estado do Mato Grosso. Com a intervenção do governo federal, por meio do programa de Marcha para o Oeste, foi criada em 1943 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), o que desencadeou uma significativa corrente migratória e fomentou uma nova dinâmica econômica regional. Essa ação governamental inaugurou um ambiente propício para outros esforços de investimentos tanto do governo estadual como da iniciativa privada.

Conforme Silva (2000, p. 101-102), a participação dos governos federal e estadual despertou o interesse do capital privado, na forma de novos projetos de colonização e produção agrícola. Os novos capitalistas de Dourados também tinham à sua disposição recursos financeiros abundantes oriundos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que tinha por finalidade incentivar a modernização das atividades agropecuárias dessa região, por meio da implantação de uma estrutura produtiva baseada no desenvolvimento de pesquisas de extensão rural, na infraestrutura de estradas e em uma rede elétrica e de armazenamento, tudo isso já no fim dos anos 1960 e início de 1970.

Nos anos seguintes, Dourados consolidou a posição de polo de desenvolvimento regional, atraindo investimentos em volumes maiores e voltados para os complexos agroindustriais, o que gerou novas interações econômicas e socioespaciais. Essa espacialização do capital ocorreu em função da expansão agrícola que avançou sobre todo o Centro-Oeste, provocando um novo dinamismo econômico em Dourados (Tabela 3).

Tabela 3 – População por situação de domicílio (1970-2010).

Ano	População urbana		População rural		Total
	Número de habitante	Percentual sobre o total	Número de habitante	Percentual sobre o total	
1970	106.630	27,92	275.329	72,08	381.959
1980	294.494	57,22	220.190	42,78	514.684
1991	439.577	70,92	180.244	29,08	619.821
2000	331.725	81,40	75.787	18,60	407.512
2010	409.456	81,74	91.463	18,26	500.919

Fonte: IBGE - Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Uma análise da Tabela 3 permite perceber que nos anos 1970 a população de Dourados que vivia na zona rural era majoritária, correspondendo a 72,08% do total de moradores do município. Em 1980 nota-se um movimento populacional de queda, quando o número de habitantes da área rural diminuiu para 57,22%. Em 2010 a população rural havia

caído ainda mais, chegando a 18,26% do número total de habitantes do município, enquanto a população urbana atingia a marca de 81,74%.

Esse movimento pode ser justificado pela expansão da cultura da soja na região e pelas políticas públicas adotadas, que ajudaram a consolidar a nascente agroindústria em Dourados e em outros municípios vizinhos. Os dados mostram que o crescimento populacional verificado em Dourados está relacionado com a nova função que o município passou a desempenhar ao se integrar ao complexo agroindustrial e se especializar na produção de grãos e na indústria pecuária, exercendo atração de mão de obra.

**A Tabela 4 seguinte trata do rápido crescimento econômico, baseado na exploração de grandes lavouras (soja, milho e trigo) e da pecuária.**

Tabela 4 - Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)

Brasil, Unidade da Federação e Município	Ano			
	1999	2000	2010	2012
Brasil	1.064.999.712.000	1.179.482.000.000	3.770.084.872.000	4.392.093.997.000
Mato Grosso do Sul	10.172.208.000	11.320.383.000	43.514.207.000	54.471.447.000
Dourados/MS	976.243.000	1.023.107.000	3.543.860.000	3.543.860.000

Fonte: IBGE - Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA

A soja é o principal grão cultivado nos municípios de Maracaju, Caarapó, Rio Brillhante, Fátima do Sul e Itaporã, localizados na mesma região de Dourados, o que permite que esse município atue como uma capital regional e, em consequência, como um dos maiores centros do agronegócio no Brasil.

O quadro econômico contemporâneo de Dourados caracteriza-se pelo complexo da agroindústria e do agronegócio, contudo, não se restringe a isso, pois para ele também contribuem fábricas de grande porte nos ramos de cimento e fibrocimento, metalurgia e produção de eletrodomésticos.

Em 2010, a população do município de Rondonópolis/MT era de 195.476 habitantes, segundo o Censo IBGE daquele ano. Já a estimativa populacional do instituto para o ano de 2018 era de 228.857 habitantes, a sua área é de 4.181,58 km<sup>2</sup> de extensão e sua densidade é de 46,76 hab./km<sup>2</sup>. A figura 2 mostra a sua localização no mapa do Estado de Mato Grosso.

Figura 2 – Localização do município de Rondonópolis/MT



Fonte: IBGE (2010).

Tabela 5 – Evolução da População [...] Mato Grosso – 1970 a 2018

MUNICÍPIO	1970	1980	1991	2000	2010	2018
Alta Floresta	-	23.011	53.031	46.956	49.164	51.615
Barra do Garças	28.403	33.906	45.712	52.092	56.560	60.661
Cáceres	86.552	52.644	68.624	81.316	87.942	93.882
Lucas do Rio Verde	-	-	6.693	19.316	45.556	63.411
Primavera do Leste	-	6.874	12.523	39.857	52.066	61.038
Rondonópolis	63.098	81.366	123.171	150.227	195.476	228.857
Sinop	-	12.232	36.883	75.002	113.099	139.935
Sorriso	-	1.605	15.144	35.605	66.521	87.815
Tangará da Serra	-	31.303	39.846	58.830	83.431	101.764
Várzea Grande	10.095	31.303	162.181	215.446	252.596	282.009

Fonte: IBGE

Os investimentos a modernização rural no estado de Mato Grosso e, conseqüentemente, em Rondonópolis, impeliram a expansão urbana, produzindo um espaço especializado nas atividades de refino da soja e do algodão, bem como na industrialização produtos da pecuária. A movimentação populacional constatada em Rondonópolis (Tabela 6) está relacionada com a modernização territorial em termos de transformações econômicas decorrentes da reprodução e acumulação do capital ligado ao setor agroindustrial, o que acabou por redefinir a sua função como cidade média.

A Tabela 6 a seguir aponta como a elevação da produção agropecuária implicou em uma diminuição do número de residentes nas áreas rurais do município e no aumento dos residentes em áreas urbanas, movimento que se justifica pela elevação da renda dos

trabalhadores e a busca por mais qualidade de vida. Outro fator que produziu esse efeito foi a mecanização da produção agropecuária.

Tabela 6 – População por situação de domicílio em Rondonópolis (1970-2010).

Ano	População urbana		População rural		Total
	Número de habitante	Percentual sobre o total	Número de habitante	Percentual sobre o total	
1970	25.126	40,47	36.960	59,53	62.086
1980	64.983	79,86	16.392	20,14	81.375
1991	113.032	89,30	13.595	10,70	126.627
2000	141.838	94,40	8.389	5,60	150.227
2010	188.028	96,20	7.448	3,80	195.476

Fonte: IBGE - Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O movimento mostrado na Tabela 6 vincula-se ao papel central que Rondonópolis passa a assumir com o fortalecimento da comercialização e da distribuição de bens e serviços, tornando mais complexas suas relações com outras cidades, por ser um polo regional. A relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, do estado de Mato Grosso e do município de Rondonópolis no período 1999-2012 pode ser conferida na Tabela 7 a seguir.

Tabela 7 - Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)

Brasil, Unidade da Federação e Município	Ano			
	1999	2000	2010	2012
Brasil	1.064.999.712	1.179.482.000	3.770.084.872	4.392.093.997
Mato Grosso	12.364.905	14.870.533	59.599.990	80.830.108
Rondonópolis/MT	776.280	922.586	5.094.939	5.888.661

Fonte: IBGE - Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA

O crescimento do PIB de Rondonópolis no período 1999-2012 foi caracterizado pelo processo de forte mecanização do meio rural e pelo impulso agroindustrial, que permitiu que o município fosse alçado à condição de centro sub-regional, segundo a classificação do REGIC 2007. A importância assumida por Rondonópolis representou novas funções e oportunidades decorrentes da reestruturação da produção dos complexos agroindustriais, extrapolando o mercado local e fazendo com que ganhasse o status de cidade do agronegócio.

Da mesma forma que os municípios anteriormente apresentados, Rio Verde sofreu o impacto da modernização do campo, tendo sua função alterada dentro da rede urbana do estado de Goiás e da própria região Centro-Oeste.

**Figura 3 – Localização do município de Rio Verde/GO**

Fonte: IBGE (2010).

A Tabela 8 a seguir mostra que, segundo o Censo 2010, a população de Rio Verde naquele ano era de 176.424 habitantes, e que desde 1970 o número de residentes cresceu e transformou a sua paisagem quase que predominantemente rural para um patamar mais urbanizado.

Tabela 8 – Evolução da População [...] Goiás – 1970 a 2018

MUNICÍPIO	1970	1980	1991	2000	2010	2018
Catalão	27.809	40.238	54.922	64.490	86.647	106.618
Itumbiara	64.666	79.448	74.698	81.430	92.883	103.652
Jataí	42.772	55.420	62.640	75.451	88.006	99.674
Mineiros	15.790	23.309	31.144	39.024	52.935	65.420
Rio Verde	56.740	76.681	89.756	116.552	176.424	229.651

Fonte: IBGE

Essa migração do campo para a cidade pode ser comprovada observando-se a Tabela 9 a seguir, onde se nota que no período de 1970 a 2010 o crescimento da população urbana foi acentuado, conforme dados censitários do IBGE (Censos 1970 e 2010).

Tabela 9 - População por situação de domicílio - Rio Verde-GO (1970-2010)

Ano	População urbana		População rural		Total
	Número de habitante	Percentual sobre o total	Número de habitante	Percentual sobre o total	
1970	26.927	48,35	28.770	51,65	55.697
1980	55.541	74,35	19.158	25,65	74.699
1991	84.142	87,37	12.167	12,63	96.309
2000	106.079	91,01	10.473	8,99	116.552
2010	163.540	92,70	12.884	7,30	176.424

Fonte: IBGE - Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Também a base socioeconômica rio-verdense foi sendo redefinida pela refuncionalização que a cidade sofreu com as novas relações produtivas que passaram a ser estabelecidas em seu território. O município possui uma área de 8.415, 98 km<sup>2</sup>, segundo dados do Atlas Brasil (2016), com uma densidade de 20,97 hab./km<sup>2</sup>. Um fato que chama atenção é que Rio Verde, juntamente com Jataí, suplantou outros municípios goianos, uma vez que a sua economia se destacou e adquiriu maior centralidade que as demais.

Tal centralização decorre do desenvolvimento do comércio e da diversificação do setor de serviços de Rio Verde, incluindo a especialização financeira das prestadoras de serviços médicos, das instituições de ensino, dentre outros. A evolução dessas atividades está associada às demandas que surgiram com a ampliação do processo de industrialização da produção agrícola do município.

A Tabela 10 a seguir mostra a evolução do PIB de Rio Verde, que cresceu sistematicamente a partir da implantação de um complexo agroindustrial no município, crescimento que atingiu mais de 100% em um período de dez anos. Em 2010, o produto interno, que em 2000 era de R\$ 987,518 milhões, atingiu R\$ 4.160.500 bilhões, elevando de Rio Verde à posição de quarta cidade mais rica do estado de Goiás.

Tabela 10 - Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)

Brasil, Unidade da Federação e Município	Ano			
	1999	2000	2010	2012
Brasil	1.064.999.712	1.179.482.000	3.770.084.872	4.392.093.997
Goiás	22.191.346	26.249.031	97.575.930	123.926.301
Rio Verde/GO	847.794	987.519	4.160.896	6.264.991

Fonte: IBGE - Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA

Os dados mostram, portanto, que os processos de crescimento econômico, urbanização e reestruturação produtiva e a refuncionalização do espaço agrícola elevaram esse município goiano à condição de polo regional do agronegócio e da agroindústria.

### **A produção e o consumo do espaço: industrialização e urbanização**

A região Centro-Oeste apresenta atualmente uma dinâmica socioespacial intensa, em consequência das transformações produtivas e econômicas que modernizaram o seu território. Essas transformações também modificaram as estruturas e os padrões urbanos de Dourados/MS, Rondonópolis/MT e Rio Verde/GO nas décadas de 1970 e 1980, aproveitando, principalmente, o desenvolvimento da agroindustrialização, como dito anteriormente.

O crescimento econômico, além de ter provocado o esvaziamento das áreas rurais e o inchaço das áreas urbanas, demandou alterações qualitativas e quantitativas nas três cidades, ou seja, surgiram novos bairros, novas residências, novas ruas e novas redes técnicas e outros equipamentos. Assim, a produção e o consumo do espaço em cada uma delas reverberam o movimento da sociedade, pois, como afirma Lombardo (1985, p. 17), “[...] a cidade é a maior expressão social do espaço produzido e sua realidade mais complexa e transformada [...]”.

Dessa forma, para compreender o movimento real de uma cidade é necessário apreender as relações sociais e produtivas que produzem e consomem os seus espaços, e a industrialização e a urbanização são processos históricos que produzem e consomem o espaço de uma cidade. A reprodução desses processos é comandada por agentes como o Estado, o capital e certos grupos sociais.

De acordo com Lefebvre (1999, p. 9), a industrialização e a urbanização são fenômenos ao mesmo tempo inseparáveis e conflitantes, e isso pode ser percebido na realidade desses municípios, uma vez que a instalação de complexos agroindustriais em Dourados/MS, Rondonópolis/MT e Rio Verde/GO surgiu como uma panaceia para a falta de emprego, o aumento de renda e para o desenvolvimento econômico.

Nos municípios em estudo, houve a exclusão e a reprodução de desigualdades sociais, tanto que as paisagens urbanas de todos eles revelam a segregação social e residencial, a favelização da periferia e os problemas socioambientais que surgem pela falta de uma estrutura básica de saneamento. Esses tipos de problemas provocavam até mesmo a convergência entre os interesses e as preocupações de diversos tipos de empresas quanto à infraestrutura disponibilizada pelas prefeituras municipais de Rondonópolis/MT, Dourados/MS e Rio Verde/GO. Essas empresas reclamam, ainda hoje, da falta de

saneamento, de problemas com a rede de telefonia fixa e internet, da má qualidade do asfalto e, também, da deficiência da rede elétrica dos distritos industriais localizados nesses municípios (SANTOS, 2017). A (re)estruturação do espaço, portanto, segue um padrão de urbanização disperso e fragmentado, o que faz com que existam vazios urbanos e a descontinuidade do tecido urbano.

### **Considerações finais**

A expansão do agronegócio, a modernização da agropecuária e a implantação de complexos agroindustriais encontraram condições ambientais favoráveis na região Centro-Oeste, além de fomentos e investimentos em ciência e tecnologia realizados pelos agentes envolvidos: o poder estatal, o capital e os grupos sociais. A espacialização do capital promoveu a reestruturação produtiva e a integração territorial dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, o que possibilitou também o crescimento econômico e a redistribuição das suas populações (diminuição do número de moradores das áreas rurais dos municípios e aumento dos residentes em áreas urbanas). Esses fenômenos modificaram as relações de trabalho, a relação rural-urbano e o processo de urbanização das cidades de Dourados/MS, Rondonópolis/MT e Rio Verde/GO.

Assim, fica claro que foi a expansão da fronteira agrícola desses municípios que favoreceu a implantação de redes técnicas (transporte, energia e comunicação) e de aparelhos urbanos e outros aparatos do Estado que oferecem serviços públicos. Com isso, ocorreu o processo de produção e consumo dos espaços nessas cidades, tendo como determinante histórico as transformações urbano-industriais causadas pelo reordenamento da economia capitalista e requeridas pela sociedade contemporânea. Esse novo panorama, marcado pelo crescimento econômico e pela melhoria dos indicadores socioeconômicos de Dourados/MS, Rondonópolis/MT e Rio Verde/GO, significou a (re)definição de novas espacializações e a especialização das atividades produtivas, que, por sua vez redundam em novas lógicas espaciais.

Mas se por um lado houve certa qualificação do tecido urbano, com a construção e o lançamento de loteamentos residenciais fechados de alto padrão e de imóveis empresariais de luxo, por outro lado o padrão de urbanização foi disperso e fragmentado. Tal padrão resultou em vazios urbanos, descontinuidade do corpo urbano principal e empobrecimento do espaço público nas cidades analisadas, com a segregação social e residencial, a favelização da

periferia e a geração de problemas socioambientais ocasionados pela falta de uma estrutura básica de saneamento.

A segregação residencial em Dourados/MS, Rondonópolis/MT e Rio Verde/GO tem algumas origens em comum: um número considerável de terrenos ociosos que servem apenas a interesses especulativos; a implantação de conjuntos habitacionais separados da malha urbana; o aumento da desigualdade social e da concentração de renda nas mãos de poucas pessoas; o controle e a produção do espaço urbano pela elite local; a falta de planejamento urbano com vistas a um crescimento equilibrado e ordenado; a especulação imobiliária; o papel conivente do Estado com os grupos sociais de alta renda; e o aumento populacional a partir da década de 1980. Todos esses itens estão direta ou indiretamente ligados ao processo de “modernização agrícola” do cerrado da região Centro-Oeste e à implantação da verticalização da produção pelas agroindústrias, tornando o espaço urbano um reflexo das transformações ocorridas no campo.

No que diz respeito às principais consequências observadas, constatam-se: a fragmentação do espaço urbano produzido, que se transforma em um local desigual de distribuição de grupos sociais; a privatização do espaço público; a reprodução das desigualdades sociais; a redução dos espaços de interação dos grupos sociais; a deterioração do sentimento de coletividade e vizinhança; a acentuação dos desníveis educacionais, culturais e econômicos entre as classes sociais; a distribuição desigual da infraestrutura urbana nos bairros; e o aumento dos problemas ambientais, do desemprego, das doenças e da violência.

## **Bibliografia**

BRASIL, Atlas. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Acesso em, v. 22, 2016.

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. **Dinâmica agroindustrial do centro-oeste**. 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades – 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.<sup>1</sup>

---

### <sup>1</sup> **Notas**

1. Este artigo foi financiado pela Fapeg (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás).

2. O II Plano Nacional de Desenvolvimento tratou explicitamente das cidades médias, por meio de um diagnóstico do sistema urbano, e identificou uma excessiva pulverização de pequenas cidades e inadequado número de cidades médias para imprimir maior equilíbrio ao sistema. Nesse documento, o desenvolvimento de cidades médias aparece como estratégia explícita: nas regiões desenvolvidas, como necessário para a

\_\_\_\_\_. **Estimativas de população residente nos Municípios Brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2018.** Rio de Janeiro, 2018.<sup>2</sup>

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico.** Sinopse Preliminar. 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>>. Acesso em: 19/01/2019. LEFEBVRE, Henry.

**A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1992.

LOMBARDO, Magda Adelaide. **Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo.** Editora Hucitec com apoio de Lalekla SA Comércio e Indústria, 1985.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Campinas, 16.2 (2014): 246.

DOS SANTOS, Higor José. **Análise das perspectivas de empresas em relação à implantação de um parque ferroviário no desenvolvimento produtivo local: Uma análise no distrito industrial de Rondonópolis-MT.** Revista Estudos e Pesquisas em Administração, v. 1, n. 1, p. 73-90, 2017.

SASSEN, Saskia. **A cidade global.** Lena Lavinas, Liana Carleial, Maria Regina Nabuco (coords.), **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil,** Hucitec, São Paulo, Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_. **As Cidades na Economia Mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Mário Cezar Tompes da; JUNQUEIRA, Claudette Barriguella. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados.** 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo,** 504f. 2004. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Unesp-Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente, SP, 2004.

*Artigo recebido em 30/09/2019*

*Aprovado em 06/03/2020*

Como citar esse artigo:

ARAUJO, Francisco de Assis Oliveira Mota. **Agroindustrialização nos municípios de Dourados/MS, Rondonópolis/MRe Rio Verde/GO: expansão da fronteira agrícola e suas contradições (1970-2010).** **Revista de Economia da UEG.** Vol. 15, N.º 2, jul/dez. 2019.

---

desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo, nas regiões menos desenvolvidas, para a ocupação territorial e atração de fluxos migratórios.